

Globalização, desenvolvimento sustentável e governança: a importância dos espaços socioterritoriais*

Anelise Rebelato Mozzato**

Doutora em Administração pela
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(Unisinos)

Rosinha Machado Carrion***

Doutora em Administração pela
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul (UFRGS), Pós-Doutora em Estudos
do Desenvolvimento pelo Institut de
Recherche pour le Développement
(IRD)-Paris I, da Sorbonne

Cleide Fátima Moretto****

Doutora em Teoria Econômica pela
Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

O presente artigo de natureza teórica objetiva refletir acerca da questão da governança do desenvolvimento, tendo-se presente a complexidade do que se entende por desenvolvimento sustentável. Ele se inicia pelo debate em torno das noções de desenvolvimento e sustentabilidade, articulando-as em uma relação local-global. Paralelamente, destaca os riscos implícitos em certas posições epistemológicas que buscam impor uma determinada visão de desenvolvimento, qualificada por Sousa Santos (2005) de “linear, monolítica e inequívoca”. Para tal, é proposto um modelo alternativo, calcado em posições que reconhecem o território, com suas especificidades, como a base para um padrão de desenvolvimento que possa ser pensado como “sustentável”.

* Artigo recebido em ago. 2012 e aceito para publicação em out. 2013.

** E-mail: anerebe@terra.com.br

*** E-mail: carrion@ea.ufrgs.br

**** E-mail: moretto@upf.br

Palavras-chave

Desenvolvimento sustentável; governança global; espaços socioterritoriais.

Abstract

This article of theoretical nature aims to reflect about the development governance issue, including, in this paper, the complexity of what is called sustainable development. It starts with the debate on the concepts of development and sustainability, articulating them in a local-global relation. At the same time, it points to the implicit risks in certain epistemological positions, that try to impose some specific development notion, qualified by Sousa Santos (2005) as a “linear, monolitical and unequivocal” notion. For that, it is proposed an alternative model, which stands upon positions that recognize the territory, with its specificities, as the base for a development pattern that can be thought as “sustainable”.

Key words

Sustainable development; global governance; local development.

Classificação JEL: O1, O2, Q01.

1 Introdução

Reconhecendo o grau de complexidade que envolve a questão do desenvolvimento sustentável, no presente ensaio de natureza teórica, enfoca-se a dimensão micro, sem perder de vista suas relações com o plano global (macro). Para tanto, apresentam-se, inicialmente, reflexões que envolvem a questão do desenvolvimento sustentável em sua concepção mais ampla, que ultrapassa as dimensões produtivas e ambientais, contemplando as dimensões sociais, culturais e territoriais (Sachs, 2004), das quais emerge a importância do desenvolvimento local. Mesmo entendendo a necessária interferência do Estado nas questões de desenvolvimento, não se tem a intenção de aprofundar questões sobre políticas públicas de desenvolvimento regional e local, mas, sim, realizar reflexões que envolvem essa perspec-

tiva, oferecendo *insights* aos interessados na temática do desenvolvimento sustentável local e global.

Nesse sentido, trabalha-se com uma visão de desenvolvimento na qual se enfatiza a necessidade de se levar em consideração a possibilidade de o processo ser sustentável, ou seja, o espaço do **local** ser pensado como rede de relações com especificidades culturais e potencialidades econômico-ambientais próprias. Tem-se presente, todavia, que, mesmo que o local e o global remetam a planos distintos, eles se interpenetram, dando margem à recriação **local** (Apadurai, 2001) daquilo que, genericamente, se denomina de **global**. As novas formas de configurações relacionais em espaços socioterritoriais (redes, Arranjos Produtivos Locais, *clusters*, pólos) exigem um novo critério de racionalidade social, que leve em consideração as singularidades, as capacidades e as potencialidades inerentes a cada local e/ou nova configuração. Por mais que incertezas e riscos estejam associados a essas configurações locais, respeitá-las é condição para a promoção da competitividade e da sustentabilidade dos territórios onde estão localizadas, o que requer processos de desenvolvimento descentralizados.

Quanto à questão da sustentabilidade, apesar de ocupar lugar de destaque no discurso sobre desenvolvimento, parece ter pouca visibilidade em termos práticos, seja na esfera organizacional, seja no plano socioeconômico-político. Para Veiga (2006), trata-se de questão de tamanha importância que não seria demasiado supor que venha a ocupar, no século XXI, o lugar da utopia, reservado ao socialismo no século passado. Afonso (2006), tomando por referência o pensamento de Veiga (2006), define como “insustentabilidade” do modo de vida atual e, referindo-se aos conflitos de interesses que permeiam a questão, aponta a importância de não se perderem de vista duas dimensões da sustentabilidade: organizacional e política (pública) de desenvolvimento. Ainda, conforme o autor, na prática, não estão sendo adotadas as medidas indispensáveis para inflectir as normas e as regras implementadas pelas instituições contemporâneas, concluindo que o discurso da sustentabilidade se torna vazio, na medida em que não encontra respaldo nas práticas quotidianas.

O termo governança tem sido utilizado em contextos diferentes e com distintos significados. Pode-se dizer que ainda não há um corpo coeso que possa ser considerado como uma teoria da governança. Os cientistas políticos, como argumenta Kjær (2004), há muito tempo, consideram a governança como um fator de importância para o bem-estar dos cidadãos. Entretanto comenta que o termo esteve tradicionalmente associado ao conceito de Governo (*government*), na forma do exercício de poder por parte dos líderes políticos. Foi durante a década de 80 do século XX, segundo a autora, que o conceito de governança ressurgiu com um novo significado, agora

bem mais amplo do que no contexto inicial e para além dos processos, atores e instituições estatais. Kjær nota que, em todas as concepções identificadas na literatura, em alguma extensão, o foco recai no papel das redes na busca de objetivos comuns, redes estas que poderiam ser intergovernamentais ou interorganizacionais, transnacionais ou de confiança e reciprocidade por meio do Estado e/ou sociedade.

Diante do exposto, resgata-se a responsabilidade do cientista social enquanto agente ativo de mudanças sociais. De tal modo que, ao se pensarem as questões do desenvolvimento e da sustentabilidade, se tenha claro que, subjacente às palavras, há sempre um projeto político, no sentido **gramsciniano** do termo, o qual atua como um verdadeiro “poder simbólico”, a la Bourdieu, sobre o imaginário dos indivíduos (Carrion; Almeida Costa, 2010). Assim, o cientista social demonstra a capacidade de lançar luz sobre a opacidade dos fatos e termos profundamente ideologizados. Por mais que este ensaio teórico não pretenda tratar conceitualmente, fundamentando teoricamente tais termos, não nega as transformações que os mesmos têm assumido, apontando sentidos diversos, conforme os interesses econômicos do momento.

Portanto, o objetivo do presente ensaio teórico é trazer para a discussão reflexões em torno da concepção de desenvolvimento sustentável em espaços socioterritoriais, pois, nessa perspectiva, se acredita que forças endógenas devem ser articuladas e contextualizadas no cenário global. Tem-se ainda como propósito criticar, conforme o faz Santos (2005), a visão “linear, monolítica e inequívoca” de desenvolvimento, visando, em contrapartida, a uma proposta exequível de desenvolvimento e sustentabilidade para as populações à margem, para as quais não há possibilidade de inserção, por meios próprios, no atual modelo de “desenvolvimento”.

Assim, este ensaio teórico remete, num primeiro momento, às questões relacionadas à globalização, questionando-se a sua relação na perspectiva socioambiental. Diante da necessidade primordial de humanização, coloca-se em discussão o desenvolvimento sustentável pensado segundo abordagem crítica, e esboçam-se estratégias que possam contribuir para a sua implementação, tomando-se como ponto de partida o respeito às particularidades do “local”, percebendo-se a possibilidade (utopia?) de vislumbrar a repercussão no global: desenvolvimento local como alternativa de desenvolvimento sustentável. Por fim, diante da complexidade da temática aqui contemplada e das proposições relacionadas, não são apresentadas conclusões, mas, sim, considerações finais, com o intuito de fazer avançar o debate e instigar a ação consciente na sociedade.

2 A globalização e a perspectiva socioambiental

O ambiente e os limites da natureza impõem a necessária conscientização com relação às gerações futuras. Portanto, as atividades econômicas que põem em risco a existência precisam ser repensadas e revistas, da mesma forma que a adoção de mecanismos e instrumentos de mercado. Dessa forma, discutir governança local e global e desenvolvimento sustentável torna-se essencial, ao se pensar em novas alternativas. Assim, a presente reflexão faz-se pertinente, na medida em que se entende a necessidade de contribuir para a superação dos problemas sociais e ambientais, dependentes tanto do poder simbólico das ideologias como do pensamento fragmentado que se recusa a entender que problemas globais, a exemplo do ambiental, da fome e da miséria, exigem respostas globais, ainda que adaptadas às singularidades dos territórios.

A questão das crescentes desigualdades sociais é ressaltada por Chanlat (2000), ao evocar questões relacionadas à ética, à liberdade, à equidade, à justiça, à afetividade, à solidariedade, à história, visto que o homem se constitui no ator principal que participa da transformação do Mundo. Nessa perspectiva e sem negar a importância da intervenção do homem na natureza, que se constitui no trabalho, soma-se a contribuição de Pinto (1979), quando enuncia que, se o trabalho é fundamental à sobrevivência da humanidade, não deve ser utilizado como recurso para o estabelecimento de hierarquias.

No entanto, como afirma Bauman (1999), a globalização impõe seus preceitos de maneira totalitária, provocando a precarização e a desintegração dos “laços humanos”, e a pobreza culmina no processo de degradação social, negando as condições mínimas de vida humana. Souza (2006) demonstra preocupação, em razão de as desigualdades sociais tornarem-se cada vez mais naturalizadas. Preocupação bastante semelhante também demonstra Dejours (2003), ao tratar do assunto e intitular o seu livro de **A Banalização da Injustiça Social**. A modernidade, portanto, com a sua racionalidade econômica e científica, não deu conta das promessas de uma vida melhor para todos.

Dada tal realidade, há a necessidade da projeção de uma ciência mais humanizada, na qual o conhecimento deve ser produzido, olhando-se para os sujeitos (no sentido de compreensão), para, junto com eles, transformar a realidade. E compreender o sujeito consiste em contemplar (comover-se com) o cenário social, não bloqueando a possibilidade de perturbação com o padecimento do outro. Faz-se necessário não impor uma visão unilateral,

procurando entender as necessidades essenciais desse na busca de transformação da realidade.

Nesse sentido, Cattani e Díaz (2005) propõem que sejam pensadas políticas públicas, a fim de produzir uma vida mais digna para aqueles que vivem abaixo da linha da miséria. Também Gilberto Dumas, por meio de suas obras, tem evidenciado problemas da sociedade contemporânea. A proposta do autor, na obra **Tensões Contemporâneas Entre o Público e o Privado**, publicada em 2003, é a de investigar algumas das crescentes inquietações provocadas pelas novas realidades sociais, políticas e econômicas deste início de século, abordando questões referentes às tensões contemporâneas entre os indivíduos, o Estado e a sociedade. Diante disso, analisa os dilemas da liberdade nesse contexto cada vez mais obscuro entre o espaço público e o privado, despertando a necessidade de serem repensadas as bases do tipo de sociedade que se quer.

Além de apresentar uma série de questionamentos pertinentes à sociedade atual, Dumas (2003) afirma que a liberdade está sendo cada vez mais reduzida ao ato de consumo (cultura é transformada em mercadoria, confundindo-se com publicidade) e que o individualismo extremo ameaça a democracia. Numa rápida retrospectiva histórica, o autor registra que, durante a “modernidade”, tanto os dominados como os dominantes haviam sido considerados cidadãos diante do Estado. Para ele, na “pós-modernidade”, não houve mais essa produção de identidade coletiva, tendo sido criada uma nova estrutura de castas: os incluídos e os excluídos de vários tipos. De maneira semelhante, mesmo que Castel (1998) tenha pautado o seu foco de estudo no cenário francês na década de 70 do século XX, sua obra **A Metamorfose da Questão Social** faz uma reflexão sobre as novas formas da exclusão existentes na sociedade contemporânea, das quais muitos elementos também estão presentes no contexto brasileiro, a exemplo da precariedade do emprego e da desfiliação social.

Nas últimas décadas, a desigualdade social acentuou-se, repercutindo-se em mazelas do mundo capitalista, as quais aparecem, nitidamente, no desemprego estrutural e massivo, no crescente número de sem-teto, na precarização do trabalho, dentre outros.

Milhares de pessoas lutam para sobreviver sob condições extremamente precárias, não só nos confins do mundo e entre as legiões de perseguidos e de refugiados, mas também onde o capitalismo se apresenta como mais próspero. (Limoeiro-Cardoso, 1999, p. 111).

Therborn (1999) refere que a ciência social do século XIX deixou dois diagnósticos e prognósticos opostos no que tange à “(des)igualdade”: de um lado, a visualização de uma era de igualdade, de mais democracia, principalmente na América, e, de outro, a visão de Marx, que previu a transição

do feudalismo para o capitalismo, com novas formas de desigualdade econômica e lutas de classes. Como pontua Dupas (1999), há contradições no capitalismo global: concentração e fragmentação, por um lado; exclusão e inclusão, por outro. No que tange à primeira contradição, a concentração em empresas transnacionais causa assimetrias econômicas gigantescas, ao passo que a flexibilização do trabalho destrói formas tradicionais de solidariedade. Quanto à segunda contradição, afirma o autor: “A já mencionada contradição exclusão *versus* inclusão afeta indivíduos, mas também territórios. Os espaços que não são funcionais à nova lógica sistêmica não conseguem se inserir na economia mundial” (Dupas, 1999, p. 48).

Desprovidos da proteção do Estado e face a face com a concentração de renda, que atinge altos índices, e a valorização de padrões de consumo “ditados” e de difícil acesso para a maioria da população, os trabalhadores de menor renda estão limitados. E não apenas na periferia do capitalismo (Dupas, 1999), mas, igualmente, nos países centrais. Diante de tal cenário, é oportuna a discussão mais **aprofundada** acerca dos efeitos e da própria noção de globalização, objetivo da seção seguinte.

3 Governança global e desenvolvimento sustentável

A globalização não é um processo novo, na verdade apresenta-se sob novas **roupagens**, delimitada por novos vetores econômicos, sociais e tecnológicos. Apesar de ser considerada como sujeito e justificativa para a maior parte das transformações econômicas recentes, em seu sentido normativo, há que se considerarem, para além das oportunidades dela oriundas, seus limites. Tendo como referência Chesnais (1995), Limoeiro-Cardoso (1999) afirma que a globalização é excludente, sendo dirigida pelo movimento do capital. Também Gentili (1999) compactua com tal prerrogativa, intitulando sua obra como **Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Na essência da globalização “[...] o espaço deixou de ser obstáculo, não há mais fronteiras naturais nem lugares óbvios a ocupar” (Bauman, 1999, p. 85).

Kazancigil (2002) afirma que a soberania da globalização desregulada sobre os Estados se torna evidente. Essa expansão de mercados financeiros globais desregulados era muito conveniente para os poderosos, até o momento em que passaram a sentir os efeitos da crise, que eles próprios ajudaram a construir. A partir do momento em que os efeitos da crise passaram a se fazer sentir de modo generalizado, também sobre a população das economias ditas “desenvolvidas”, e que o protesto dos povos oprimidos

reboou mundialmente, fez-se o reconhecimento de que o modelo econômico seguido e imposto aos países periféricos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional é problemático.

Conforme aponta Therborn (1999), é preciso prudência, quando o objeto de estudo é a globalização. Ante tais efeitos, devem-se colocar quatro questões essenciais: o tipo; a sua relação com a (des)igualdade, em termos do que está em jogo e de que forma; quem está envolvido no processo; e o porquê.

Diante da tendência a apresentar a globalização como um fenômeno homogeneizante e de características irreversíveis, Therborn (1999) aponta a necessidade de se ampliar o debate, visto que, se é verdade que existem algumas formas simbólicas universais, a exemplo de determinados estilos de música, formas universalizadas de expressão artística e a circularidade do efeito “moda”, na realidade, não são manifestações acessíveis a todos de modo universal. Da mesma forma, o autor aponta que não há igualdade, mas, sim, os incluídos (sistema global) e os excluídos (atores subglobais). Posição esta defendida por Santos (2005, p. 26), ao tratar da globalização cultural, quando argumenta que a “globalização como homogeneização e uniformização” cultural não é linear nem consensual.

Aktouf (2004), na sua obra **Pós-Globalização, Administração e Racionalidade Econômica: a síndrome do avestruz**, faz uma crítica humanista à ideologia única globalizada, a qual culmina por justificar a busca por vantagens egoístas que desconsideram a finalidade humana da atividade econômica. Tal “[...] acepção dominante de ‘globalização’ é, pois, uma ideologia” (Limoeiro-Cardoso, 1999, p. 98), a qual vem comandando a intensa luta, expressando os interesses de forças econômicas extremamente poderosas, que se tornam dominantes mundo afora. O que torna evidente a necessidade de se repensarem, criticamente, as afirmações hegemônicas sobre o que é a globalização, para o que — como aponta Limoeiro-Cardoso (1999) — já existe uma base de estudos críticos e fecundos.

A visão triunfalista da globalização neoliberal, que prevaleceu até metade dos anos 90 do século XX, deparou-se com protestos tanto por parte dos países em desenvolvimento como pelo aumento de atores não estatais: organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais globais (do Norte principalmente) (Kazancigil, 2002). Afirma o autor que há controvérsia sobre a natureza e as implicações de tais movimentos, como os manifestos em Seattle, Davos, Washington, Praga, Nice e Gênova, Fórum Social Mundial, Fórum Econômico Mundial de Davos.

Torna-se evidente a interferência do ideário neoliberal, o qual veio acompanhado de turbulências internacionais e de sucessivas crises econômicas e guerras localizadas. Nesse contexto, pode-se dizer que a solidarie-

dade é volátil e que os verdadeiros valores humanos são esquecidos, culminando em disputas por interesses particulares (próprios das elites). O Estado (sociedade política) torna-se cada vez mais fraco, enquanto o universo corporativo se fortalece, principalmente pelo estabelecimento das redes como forma — praticamente única — de inclusão. Percebe-se, ainda, que a responsabilidade social do Governo foi deslocada para o “Terceiro Setor”, como refere Dupas (2003, p.19): “Privatiza-se o público, mas não se publiciza o privado”. Salienta o autor que o poder não se encontra mais no espaço público ou político, mas nos serviços privados. Na realidade, esse início de século consolidou a erosão de fronteiras entre o público e o privado. Perante o contexto apresentado na atualidade, o autor questiona a atual liberdade. O vazio deixado pela ausência de reflexão crítica inviabiliza não apenas os “excluídos”, mas a humanidade em geral de aportar sentido ao pasmo, à desilusão diante do esfacelamento do sonho de um mundo melhor, enunciado de modo associado à era moderna. A mídia, por sua vez, não atua como facilitadora do debate e das discussões na esfera pública, apenas se transforma em uma construtora de opinião pública, trabalhando de acordo com todos os preceitos neoliberais. Assim sendo, a comunicação global tem sido um dos mecanismos mais eficazes na questão da (des)igualdade no Mundo.

Como pontua Santos (2005), a globalização não é um fenômeno linear, monolítico e inequívoco. Na linguagem comum, isso é ainda mais difundido, obscurecendo o que se passa no Mundo. O discurso neoliberal acerca da globalização também não é inocente; pelo contrário, constitui-se em dispositivos ideológicos e políticos dotados de intencionalidades e comporta falácias, dentre as quais, Santos (2005) detém-se em duas: a “falácia do determinismo”, como se não houvesse a interferência do Estado — ao que podem ser acrescentados interesses econômicos particulares e de organizações internacionais — no processo, ao que se refere ao fenômeno como espontâneo e que avança sem nenhuma interferência externa; e a “falácia do desaparecimento do Sul”, como se as multinacionais não tivessem capacidade organizativa suficiente para transformar mercados.

Na realidade, há uma pluralidade de discursos sobre a globalização, acompanhada de uma tentativa de se impor um discurso único do desenvolvimento, o que

[...] mostra que é imperioso produzir uma reflexão teórica crítica da globalização e de o fazer de modo a captar a complexidade dos fenômenos (sic) que ela envolve e a disparidade dos interesses que neles se confrontam (Santos, 2005, p. 54).

Tendo presente a tendência de universalização (imposição) de verdades a partir do Norte, **a monocultura da ciência moderna** (abissal), um pensamento “pós-abissal”, para ele, constitui-se no aprender com o Sul, utilizan-

do-se de uma epistemologia do Sul. Como confronto a tal monocultura, Santos (2007, p. 79) aponta uma **ecologia de saberes**, baseada no “[...] reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia”. Nesses termos, o autor reforça que a ecologia de saberes pressupõe que o conhecimento é interconhecimento.¹

Portanto, o sentido da palavra “globalizada” é (deveria ser) outro. A preocupação com a justiça social deveria ser central para todos os atores globais, com vistas a uma ordem mundial e a uma vida social mais igualitária. O que se percebe na atualidade é um sinal de consciência tímida, pois esse “[...] ideário mais igualitário pode ser alcançado através do equilíbrio sistêmico entre três dimensões igualmente importantes: política democrática, sociedade civil e economia capitalista, tanto no nível nacional quanto global” (Kazancigil, 2002, p. 59).

A globalização acaba sendo dicotômica, visto que, no discurso, prega a homogeneização, o progresso, a união, a universalização e a mundialização, porém, na prática, ocorrem a fragmentação, os conflitos e as mazelas das mais diversas ordens. O descaso com a problemática do desenvolvimento global sustentável e com a regulação global está muito presente, “coisificando” seres humanos. Dupas (2003) denuncia, com muita propriedade, que a era atual é a dos homens vazios, que se voltam a escolhas narcísicas e que não se preocupam com o bem comum ou com as condições de vida das gerações futuras. As instituições universitárias também estão, cada vez mais, distanciando-se dos verdadeiros objetivos de caráter humanista; as referências e as utopias vão desaparecendo, ao cederem ao caráter instrumental (busca da gestão técnica). O autor enfatiza o “bombardeio” midiático que os cidadãos sofrem constantemente (no cinema, nas ruas, na Internet, na arte, na televisão). Dessa forma, os espaços públicos estão sendo radicalmente privatizados (particularizados) e legitimados à mercê do controle midiático, num modelo neoliberal (Dupas, 2003).

Nesse sentido, o Banco Mundial, como analisa Kjær (2004), contribuiu de forma significativa para a expansão do conceito de governança nos anos 90 e representa um caso de sua relevância na política global contemporânea. O início do debate recaiu, segundo a autora, na identificação da má governança, como é o caso da crise econômica de muitos países do “Terceiro Mundo”, o que chamou atenção para maiores transparência, eficiência

¹ Nas palavras de Santos (2007, p. 86), “[...] existem em todo o mundo não só diversas formas de conhecimento da matéria, da sociedade, da vida e do espírito, mas também muitos e diversos conceitos e critérios sobre o que conta como conhecimento. No período de transição que se inicia, em que ainda persistem as perspectivas abissais de totalidade e unidade, provavelmente precisamos de uma epistemologia geral residual ou negativa para seguir em frente: uma epistemologia geral da impossibilidade de uma epistemologia geral”.

e responsabilidade na prestação de contas dos países-membros. Comenta que a instituição, inicialmente, apoiou programas de boa governança, mas, a partir dos anos 2000, adotou ações mais seletivas, priorizando os países que já demonstravam ter boa governança.

O termo governança global tem sido amplamente utilizado nas discussões ligadas ao desenvolvimento econômico. Todavia observa-se que o discurso sobre a governança tende a privilegiar aspectos econômicos e gerencialistas, deixando a descoberto sua natureza profundamente política (Carrion; Almeida Costa, 2010). Como alerta Kazancigil (2002), a *governance*, como tem sido praticada, consiste numa forma de fazer política sem políticos. Para que, efetivamente, possa instituir-se como governança global, salienta o autor, é fundamental que abranja questionamentos de ordem política.

Desse modo, a interdisciplinaridade impõe-se como condição para se pensar um modelo de governança global, que possa contribuir para uma sociedade mais igualitária. No entanto, como alerta ainda Kazancigil (2002, p. 56): “[...] o fato é que a ideologia atualmente dominante não está preocupada com a igualdade, a justiça social e a redução das desigualdades. Ela reflete uma racionalidade instrumental”.

Para superar o déficit democrático que se consolidou paralelamente à financeirização econômica, faz-se necessário o estabelecimento de mecanismos democráticos além das fronteiras nacionais, possibilitando o exercício da cidadania em cenário global. Santos Júnior (2001, p. 67) assinala que a

[...] governança democrática se refere aos mecanismos de interação entre governo e sociedade que compõem a formação da legitimidade necessária à tomada de decisões em um regime político democrático enquanto sistema representativo de governo.

Nesse sentido, o papel das ONGs e o dos movimentos sociais são importantes, além de haver a necessidade de modificações nos processos de tomada de decisão, entre as quais, a efetiva participação da sociedade civil e de suas organizações na governança global. Kazancigil (2002, p. 55) destaca como questão central: “Como instaurar *governance* global que incorpore a política democrática?” Para o autor, essa é uma condição indispensável para que a globalização beneficie a população mundial e não apenas aqueles que podem tirar proveito dos recursos dos mercados capitalistas. É preciso reconhecer, entretanto, que “parcerias” entre o público e o privado, ainda que sejam importantes, de nada adiantam nos moldes em que são majoritariamente praticadas.

Diante desse conjunto de reflexões, torna-se evidente que a possibilidade de implementação de um modelo de governança global que conduza

ao desenvolvimento sustentável tem ainda um longo caminho a percorrer. Mas, por outro lado, o que dizer do desenvolvimento e, mais ainda, sobre como associá-lo à sustentabilidade? Esse o desafio tratado a seguir.

4 Desenvolvimento sustentável e suas (im)possibilidades

A temática do desenvolvimento sustentável vem ganhando espaço, sobretudo nas últimas duas décadas, nos diferentes espaços acadêmicos, políticos e produtivos. No entanto, é possível identificar, em termos tanto teóricos quanto aplicados, uma tendência à sua fragmentação, sobretudo para o viés da sustentabilidade ambiental ou no foco isolado das questões envolvidas.

O seu sentido amplo incorpora primariamente as dimensões produtiva, social e ambiental, contempladas a um só tempo, que podem ser apreendidas na atualidade, com a inclusão também das dimensões territorial e cultural (Sachs, 2004). Tal sentido implica ultrapassar a adoção de um racionalismo ingênuo e relativizar sua apreensão, assumindo os desafios e interesses que se apresentam. A própria dinâmica capitalista e suas características sinalizam a necessidade de cautela nas análises, quando se observa que o processo de maximização do lucro nem sempre atende aos critérios de produção verde ou de valorização do trabalho humano, ou, ainda, quando são priorizadas ações ambientais em detrimento de ações voltadas ao processo de trabalho, num mesmo espaço de produção. Daí o questionamento da utopia.

Uma proposta viável de desenvolvimento sustentável coloca em evidência aspectos para a construção de novos rumos, nos quais o conceito de cidadania é diferente daquele definido pelo neoliberalismo, estando vinculado a sujeitos sociais ativos, que participam efetivamente. Desse modo, tal participação passa por questões políticas que embasam o modelo de desenvolvimento vigente.

Diante disso, nota-se que o modo como se tratam tanto a questão do desenvolvimento como a da sustentabilidade carrega uma visão ideologizada, pretendendo-se universalista. A questão do desenvolvimento não pode ser vista de maneira simplista nem pode ser tomada como uma naturalização das ideias. Há o envolvimento de muitas variáveis, demonstrando enorme complexidade. Tem-se de entender os limites do desenvolvimento, pois existem questões políticas imbricadas, que tornam as relações muito complexas (Campos, 2005). Portanto, para pensar numa sociedade mais igualitária, tem-se de ter uma leitura crítica e real da realidade e sair do dis-

curso “sonhador”, tendo a capacidade de ir além, pois a ideia de o livre mercado diminuir a pobreza já pode ser considerada como uma antiga falácia.

Identificam-se diferentes conceitos e perspectivas no âmbito do desenvolvimento sustentável, que abrangem desde a perspectiva reducionista até a visão holista, enquanto processo relacionado à alteração da estrutura das relações sociais. “O pluralismo de aproximações prende-se com a complexidade do próprio conceito de desenvolvimento” (Milando, 2005, p. 89). Pelo fato de o desenvolvimento sustentável ser entendido como “[...] tentativa de conciliar as exigências contemporâneas do desenvolvimento com preocupações sobre a degradação ambiental” (Damian; Graz, 2004, p. 1, tradução nossa), alude-se que uma sociedade sustentável depende, antes de tudo, de uma reconstrução política total da sociedade contemporânea. Caso contrário, o conceito de desenvolvimento sustentável corre o risco de se tornar vazio, servindo apenas para dar nova legitimidade à expansão insustentável do capitalismo. Nesse sentido, Frey (2001, p. 3) refere:

Ao mesmo tempo em que o debate público sobre a sustentabilidade tem impulsionado a criação de novos arranjos institucionais, novos regimes ambientais de negociação e fóruns de debate, investimentos significativos na ciência e pesquisa ambiental, assim como a consolidação de um movimento ambientalista transnacional; o sistema político, tanto no nível internacional, quanto no nacional e local, tem-se mostrado incapaz ou insuficientemente preparado para traduzir e transformar as crescentes demandas de cunho ambientalista em políticas públicas capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento. No que tange à reflexão teórico-conceitual, boa parte das teorias que visam à sustentabilidade do desenvolvimento carecem de investigações que aprofundem a dimensão político-democrática. Esta certamente representa um dos mais importantes fatores limitadores da implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável.

O autor, claramente, fala que a questão do desenvolvimento sustentável é um problema político e de exercício de poder. No senso comum e também na literatura especializada, a questão do desenvolvimento é tratada como um dos discursos mais inclusivos. No entanto, o desenvolvimento encontra-se imbricado com questões relacionadas ao campo de poder, que envolve relações conflituosas entre vários atores. Inclusive, salienta-se como o discurso recorrente de desenvolvimento insiste em supor que o Ocidente é universal. Diante de tal contexto, são necessárias a discussão e a aplicação prática de um conceito de desenvolvimento que realmente privilegie o humano, o local e o endógeno, destacando a questão da sustentabilidade e vislumbrando a qualidade de vida das pessoas e a preocupação com as gerações futuras.

E, nessa perspectiva, cabe repensar o individualismo moderno, que apresenta o indivíduo como um ser moral, independente, autônomo e essencialmente não social. Observa-se a importância de se contar com o Estado, um Estado estrategista, como aponta Castel (1998), que estenda amplamente suas intervenções para acompanhar o processo de individualização, desarmar seus pontos de tensão; evitar suas rupturas e reconciliar os que caíram aquém da linha de flutuação. Deve ser até mesmo um Estado protetor, porque, numa sociedade hiperdiversificada e corroída pelo individualismo negativo, não há coesão social sem proteção social (Castel, 1998).

De outra parte, nos acordos internacionais de desenvolvimento, como salienta Kazancigil (2002, p. 48), o Estado precisa preservar a sua autonomia, pois “[...] os atuais regimes regulatórios econômicos e financeiros, principalmente gerados através das instituições financeiras internacionais, objetivam fomentar a globalização neoliberal.” Não se trata de soberania, mas da defesa de particularidades locais importantes nos acordos internacionais. Dessa forma, há a “exigência” de uma governança democrática da mundialização, tese central do artigo do autor.

Dupas (2003) faz referência ao fato de que, por mais que a liberalização dos fluxos de capitais gere novas oportunidades de desenvolvimento, ao impor mudanças estruturais, aumenta, paralelamente, o grau de incerteza. Desse modo, no avanço do processo de globalização, a incerteza prospera em razão da competição exacerbada, da desregulamentação e da rigorosa flexibilização.

Para Dupas (2003), a problemática que se estabelece não parece favorável à democracia e ao cidadão, agora virtual, diante de uma cultura transformada em mercadoria, sem nenhum elo político. O capitalismo global vai sendo fortalecido, gerando ainda maior dominação por parte das elites. Assim, torna-se evidente a ameaça à verdadeira democracia, produzindo uma tensão entre os incluídos e a crescente maioria excluída das “vantagens” do mercado livre (efeito perverso da globalização). Diante disso, o autor aponta o desafio contemporâneo de se tentar constituir uma nova identidade coletiva, a qual parece viável por meio da democracia de fato e de direito.

Bauman (1999), na sua obra **Globalização: as consequências humanas**, aponta, claramente, que a globalização promove um distanciamento ainda maior entre as classes alta e baixa. Enquanto, no passado, a questão espaço-temporal era limitada pelo alcance das ideias do ser humano e pela velocidade das mudanças, possibilitando a estabilidade das sociedades, na atualidade, a nova velocidade e a mobilidade mudaram o espaço para artificial, sem interação, ou seja, virtual. Mais tarde, em 2001, com a obra **Modernidade Líquida**, Bauman (2001) complementou a análise realizada na obra anterior, afirmando que a modernidade “sólida” foi suplantada

por uma modernidade imediata, considerada “leve”, “líquida”, “fluida” e infinitamente mais dinâmica. Afirma que a passagem de uma modernidade a outra acarretou profundas mudanças em todos os aspectos da vida humana. Dessa forma, ocorre a busca pela marcação de espaço, ensejando, assim, uma contínua batalha. A elite extraterritorial e cosmopolita pode e paga por seu isolamento, e, para os outros — os pobres —, as dificuldades, “os muros”, estão cada vez mais intransponíveis, gerando violência como forma de demarcação de espaço.

Kazancigil (2002, p. 60-62) faz referência ao “propósito cosmopolita” de Kant e a David Held com a elaboração da noção de “democracia cosmopolita” para olhar o futuro da governança global. Por mais que a visão cosmopolita de Kant, provavelmente, nunca seja atendida em nível mundial (exigência de que todos os Estados e nações compartilhem visões semelhantes de mundo, princípios e sistemas políticos), deveria ser possível uma condição próxima, no nível regional e sub-regional, entre um número limitado de Estados e nações.

Milando (2005) destaca que tanto Elias, ainda em 1939, como Lobrot, em 1992, defendem que a mudança social em uma dada sociedade deve ser imanente a essa sociedade no seu todo, não sendo passível à indução por apenas certos atores sociais mais ou menos proeminentes. Nesse mesmo sentido, na perspectiva funcionalista, Merton (1979) não acredita na indução do desenvolvimento segundo os propósitos de certos atores sociais, afirmando haver sempre consequências que não foram previstas antecipadamente.

Por fim, cabe salientar que a economia da sustentabilidade necessita de mais estudos que façam análises multidimensionais e multidisciplinares em face da índole insustentável do desenvolvimento econômico dito “moderno”. A ciência precisa pesquisar a maneira mais apropriada para preservar a capacidade de sustentação do ecossistema, e a economia da sustentabilidade deve levar em conta as restrições que a dimensão ambiental impõe às ações do homem na sociedade (Cavalcanti, 1994).

A relação entre global e local é considerada uma das formas mais contundentes em que se pode perceber a dinâmica da diferenciação. Essa relação não pode ser vista de forma simplista, como se o global fosse homogêneo, associado a processos de totalização, de generalização e/ou universalização, e o local, heterogêneo, relacionado a processos de fragmentação, de particularização e/ou singularização. A questão é muito mais complexa. No entanto, esse embaraço entre o local e o global não reflete apenas um processo de globalização homogeneizador, que padroniza as desigualdades, ou de localismos diferenciadores que resistem, promovendo a

heterogenização. Tanto a globalização pode “reinventar” o local, como as condições originalmente locais apresentarão implicações em nível global.

5 Desenvolvimento local como alternativa sustentável: os espaços socioterritoriais

A abordagem sobre desenvolvimento local, a qual se associa ao conceito de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento endógeno, tem sido cada vez mais valorizada nos debates atuais a respeito de desenvolvimento sustentável. Observa-se uma convergência para a valorização do papel dos atores sociais (empresas, diferentes órgãos de Governos, agências de desenvolvimento local, associações de representação de interesses, universidades, dentre outros) e para o das estratégias integradas de desenvolvimento local. Também, empiricamente, podem-se identificar experiências recentes de desenvolvimento local a partir da dinamização de aglomerações produtivas especializadas (pactos territoriais) que têm apresentado características inovadoras e promissoras (Carrion; Valentim; Hellwig, 2006). No entanto, em razão do caráter emergencial da questão, os resultados de tais experiências ainda merecem maior avaliação, principalmente no sentido de verificar se realmente ocorre a inclusão ou implica outra forma de exclusão, a qual pode dar-se por meio da extinção de postos de trabalho, por exemplo.

Do ponto de vista epistemológico, Meyer-Stamer (2004) comenta que não existe um conceito coerente ou uma teoria do desenvolvimento econômico local; também não é uma disciplina acadêmica, como o planejamento urbano e regional. Em sua visão, a literatura é pouco expressiva, e os seus defensores reúnem diferentes bases e conceitos da Economia, da Sociologia, da Geografia, do planejamento regional, dentre outros. Comenta que, ironicamente, muitos profissionais e instituições têm bagagem no planejamento urbano e regional, mas não ajustaram seus conceitos e abordagens à nova compreensão do planejamento espacial como um processo de sociedade antes que o de elaboração de um plano. O desenvolvimento econômico local, explica o autor, está direcionado às empresas e, portanto, deve seguir uma lógica de negócios e não uma lógica de planejamento.

Meyer-Stamer (2004) afirma que muitos pesquisadores ignoram as contradições existentes na relação entre globalização e desenvolvimento econômico local. A globalização, sobretudo a mobilidade das empresas e dos trabalhadores, de acordo com o autor, é o principal incentivo para o lançamento de iniciativas para o desenvolvimento local. Entretanto, conclui, é justamente esse processo que cria vários problemas e sérios desafios

para as iniciativas locais. Como exemplo, comenta sobre a dificuldade de envolver empresas globalizadas em iniciativas localizadas, o que torna impotentes os agentes locais, em função dos jogos de poder resultantes de cadeias de valores globais.

Além disso, o desenvolvimento local, como destaca Roo (2003), deve ser visto de modo distinto do desenvolvimento territorial, quando apreendido enquanto um processo de territorialização das políticas públicas, o qual não tem, necessariamente, o local como objeto. De acordo com a autora, a política de gestão do território procede do desenvolvimento do território nacional, sem estar, obrigatoriamente, associado ao desenvolvimento local.

Roo (2003) chama atenção para a necessidade de se distinguirem “desenvolvimento territorializado” e “desenvolvimento territorial”. O primeiro caracteriza-se por ter origem no desejo de que os efeitos do desenvolvimento sejam repartidos pelo conjunto de determinado território e de que esse projeto de equidade territorial esteja inserido no conjunto de políticas públicas, definidas organicamente (por setor e por categoria). Acrescenta que o desenvolvimento territorializado se projeta, ainda, sobre o espaço e se propõe a unir os diferentes “fios” das políticas públicas, de modo transversal, garantindo, assim, a coerência necessária para legitimar a ação pública. O espaço seria, nessa concepção, uma mera base geográfica de uma ação pública, cuja projeção repercute em quadros administrativos delimitados como município, departamento, região e, desse modo, intermunicipalidade.

O desenvolvimento territorial, em contraposição, como esclarece a autora, é ativo e constitui-se como a própria matéria-prima da ação pública. A ele estão associadas múltiplas definições, que dependem das diferentes características dos territórios e das estratégias inter-relacionadas dos atores políticos, econômicos e da sociedade civil. Portanto, o desenvolvimento territorial objetiva produzir não apenas desenvolvimento, mas também governança, explica a autora. Do mesmo modo, pressupõe a interdependência das escalas territoriais, sem que seja estabelecida primazia a qualquer uma delas (nacional, local, global), além de não priorizar o crescimento econômico “[...] em benefício de uma abordagem de território como relação social, suscetível de integrar o econômico ao social por intermédio da organização, em particular administrativa” (Roo, 2003, p. 14).

Nesse contexto, o trabalho desenvolvido num espaço socioterritorial por meio da concentração geográfica de micros, pequenas e até médias empresas pode ser visto como uma alternativa emergente (Castel, 1998). A grande empresa, símbolo da hegemonia, é substituída por uma miríade de pequenos negócios (micro, pequenos e médios), que geram a inclusão de uma maior parte da população, promovendo o desenvolvimento de um território. Dessa forma, pode-se pensar que várias iniciativas territoriais diferen-

ciadas, de acordo com o potencial de cada região, possibilitam, sim, o desenvolvimento. De tal modo, a dinamicidade do desenvolvimento socioterritorial terá efeitos no âmbito global, impelindo o desenvolvimento global.

Evidências empíricas apontam a relevância de atributos locais para a promoção do desenvolvimento (Putnam, 1996). As experiências de sucesso da Terceira Itália-Europa, sem se esquecer das experiências japonesas (Becattini, 1999; Gurizatti, 1999; Rabelotti, 2003), inspiraram a formação de Arranjos Produtivos Locais. As micro, pequenas e médias empresas, quando organizadas em aglomerados, Arranjos Produtivos Locais ou *clusters*, tornavam-se viáveis, chegando a superar as grandes corporações no que tange à criação de empregos, às margens de lucro, ao investimento *per capita*, à transformação tecnológica, à produtividade e, inclusive, ao valor agregado (Castells, 2003). Nesse contexto, é pertinente pensar inovações organizacionais estruturadas de modo cooperativo, como estratégias que podem contribuir para o desenvolvimento socioterritorial. A prática da cooperação entre empresas concorrentes, em busca da redução dos custos de transação (Williamson, 1981), tem conduzido a resultados particularmente favoráveis às partes envolvidas (Morris; Koçak; Ozer, 2007).

Como afirmam Schmitz e Nadvi (1999), há consenso de que a situação de aglomeração auxilia as pequenas e médias empresas a competirem em mercados distantes, possibilitando a sua sustentabilidade. Tal situação de aglomeração possui diversificadas experiências, “[...] que vão desde a simples aglomeração industrial (*cluster*) até o distrito industrial (*cluster* maduro)” (Keller, 2008, p. 31). Na visão de Shima (2006), esses novos arranjos organizacionais se constituem em saídas importantes para a sobrevivência no mercado, aumentando a competitividade, concretizando externalidades positivas (Erber, 2008). “Em outros termos, a aliança torna-se um elemento estrutural da própria concorrência” (Shima, 2006, p. 356). Com base em Coutinho e Ferraz (1994), Baiardi (2008, p. 49) afirma:

A ação empresarial em um conglomerado produtivo voltada para criação e aprimoramento de condições sistêmicas de relacionamento pode resultar em uma maior eficiência da economia como um todo, inclusive no que diz respeito à maior coesão e menor exclusão social, fundamentais ao desenvolvimento sustentável.

Os novos arranjos organizacionais apresentam-se como possibilidade de aumento do acesso a novos conhecimentos, facilitando a aprendizagem organizacional, o acesso às novas tecnologias e o processo de inovação e permitindo a ampliação da capacidade tecnológica. Nessa direção, a colaboração interorganizacional tem sido relacionada a uma variedade de importantes resultados, entre os quais, a questão do *sharing*, em que a transferência do conhecimento é facilitada. A colaboração facilita a criação de no-

vos conhecimentos, produzindo inovação e novas soluções, assim como pode ajudar as organizações a tomarem uma posição mais central e competitiva em relação àquelas que trabalham de forma isolada (Jorde; Teece, 1989).

Dadas a emergência e a complexidade das questões relacionadas ao desenvolvimento local, torna-se notória a necessidade de se trabalhar numa visão interdisciplinar. Como refere Buarque (2006), desenvolvimento local é considerado como uma mudança endógena, na qual se mobilizam e se exploram as potencialidades locais, contribuindo, dessa maneira, para a elevação de oportunidades sociais, melhorando a qualidade de vida da população, ao mesmo tempo em que se preservam os recursos naturais. Assim, de forma consistente e sustentável, é possível criar condições para a viabilidade e a competitividade de uma economia local. O autor também salienta que o foco não pode ser puramente econômico, visto que o desenvolvimento local consiste no resultado de múltiplas ações.

O desenvolvimento local é resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, que, de certa forma, vislumbram o rompimento com a dependência, com o atraso e com a inércia de localidades periféricas, promovendo mudanças econômicas e sociais no território. Nessa perspectiva, o desenvolvimento local pressupõe novos paradigmas, os quais são vinculados a quatro dimensões básicas: econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental (PNUD, 2013).

Diante das novas dinâmicas impostas no atual mundo globalizado, têm-se verificado mudanças locais e globais em vários âmbitos. Nesse contexto de mudanças constantes, percebe-se a importância de serem pensadas novas formas de relações interorganizacionais na busca de vantagem competitiva sustentável, servindo de alternativa para o desenvolvimento. O estabelecimento de estratégias competitivas por meio das relações de cooperação pode-se constituir em alternativa sustentável. No entanto, qualquer possibilidade de mudança passa por uma sociedade forte que tem o apoio estatal.

Meyer-Stamer (2004) afirma que o impacto do Governo na execução de intervenções ligadas ao desenvolvimento econômico local, normalmente, é limitado. Argumenta que tanto o dinamismo dos negócios quanto o crescimento em nível local ocorrem em função da iniciativa privada (influenciada, em alguma medida, pelos fatores locais) e/ou de políticas nacionais e supranacionais (políticas de transporte, saúde, ambiental, dentre outras).

Vale o alerta de Schmitz (2004): participar da economia global implica oportunidades e perigos. O principal perigo, segundo ele, seria ficar preso numa “corrida para o fundo”, com uma competição baseada no pagamento

de baixos salários, desconsiderando padrões ambientais e do trabalho, barateando o processo produtivo e facilitando a sonegação fiscal. Algumas empresas utilizam esses instrumentos, tendo como consequência efeitos secundários para empresas de outras partes do Mundo. Nesse contexto, argumenta, os produtores das pequenas e médias empresas acham, então, que participar e ganhar na economia mundial não podem estar juntos.

Acredita-se que iniciativas territoriais embasadas na força dos movimentos sociais autônomos, respeitadas as singularidades das epistemologias locais, e que contem com o apoio efetivo do Estado possam constituir-se em alternativas à globalização econômica, nos termos como essa vem-se dando. Nesse sentido, haveria espaço para os Arranjos Produtivos Locais como uma forma de organização diferenciada e contra-hegemônica (Santos, 2003), possibilitando a formação de espaços socioeconômicos mais igualitários (Haesbaert, 2002).

6 Considerações finais

O enfoque atual de desenvolvimento econômico encontra-se centrado no mercado e na acepção dominante de globalização ideologizada por meio do determinismo que modula as críticas ao fenômeno, o que já provou não dar conta das mazelas hodiernas. Portanto, não se pode mais compactuar com concentração e inclusão para poucos e fragmentação e exclusão para a maioria.

Quando se adentra pelas discussões do desenvolvimento sustentável, conceito que, em seu sentido amplo, busca abraçar as principais dimensões envolvidas na avaliação de uma sociedade mais equilibrada, ao propor o desafio do crescimento econômico que garante o acesso dos cidadãos aos seus resultados e, ao mesmo tempo, respeita o ecossistema, identificam-se os seus limites e os paradoxos que lhe são inerentes. A lógica globalizante e instrumental que dá o tom ao modelo capitalista não parece contemplar tal perspectiva.

Este artigo aponta que qualquer tentativa de se pensar seja o desenvolvimento, seja um modelo de governança global **sustentável** requer, como condição primeira, o questionamento sobre que formas e modalidades de globalização se querem e se elas são possíveis de se tornarem realidades, considerando-se o necessário respeito à singularidade dos povos e de suas respectivas culturas.

Esse processo demanda atenção às múltiplas dimensões que necessitam ser consideradas para a formulação de sistemas e políticas globais capazes de contribuir para a construção de uma sociedade, ou “sistema-

-mundo”, construído sobre outras bases que não a da ideologia da competitividade, da ganância, do individualismo egoísta e da crença de que o Ocidente sozinho pode definir para o Mundo o que são valores universais. Processo que exige, portanto, que se faça o luto da ilusão de que o pensamento e aquilo que a sociedade ocidental identifica como valores e verdades traduzem, espelham, representam e refletem valores e verdades universais.

É preciso compreender que aquilo que os ocidentais assumem como verdade é tão sujeito à falácia, é tão somente uma construção social, historicamente sedimentada, como as representações hoje hegemonicamente compartilhadas nas sociedades do que é globalização e desenvolvimento. Pensar a globalização, pensar o desenvolvimento, pensar um sistema de governança global exige, pois, como condição primeira, que se levante o véu da ignorância, que faz crer que os valores e as crenças são verdades inquestionáveis. Se persistirem dúvidas, há de se enfrentar o desafio a esse questionamento: teriam os povos da Eritreia, do Butão, da Bósnia e Herzegovina — para referir apenas algumas nações de civilização milenar — participado da nominação dos referidos valores?

Pensar, pois, sobre as questões do desenvolvimento, da sustentabilidade do planeta e da governança enquanto sistema que facilite, que oportunize e motive a cooperação entre os povos exige, assim, em primeiro lugar, que se desça do pedestal ocidental e se adquiram condições de ver o outro como igual e dotado dos mesmos direitos, de ter suas próprias crenças, seus próprios sonhos, suas próprias verdades. Sem isso, a sustentabilidade, seja do desenvolvimento, seja do planeta, é uma quimera.

Mesmo diante da complexidade da temática, por mais que as “proposições” feitas possam parecer incipientes, desponta o papel de agente ativo do cientista social. Desse modo, sob uma abordagem crítica, percebe-se a possibilidade (utopia?) de se vislumbrar a repercussão do local no global, visando à diminuição das desigualdades e mazelas sociais e ambientais. Afinal, mesmo que ainda utopicamente, há a esperança da possibilidade de construção de uma ordem global mais justa.

Os espaços socioterritoriais, nesse contexto, necessitam ser tomados numa perspectiva que ultrapasse a visão funcionalista de inclusão a partir e para o produtivo. O grande desafio para o equacionamento do desenvolvimento sustentável, nesses termos, repousa no respeito às diferentes características dos territórios e das estratégias inter-relacionadas dos seus diferentes atores, dando sustentação ao desenvolvimento territorial que produza os elementos necessários para a sua própria governança.

Referências

AFONSO, C. M. **Sustentabilidade**: caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

AKTOUF, O. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica**: a síndrome do avestruz. São Paulo: Atlas, 2004.

APADURAI, A. **Modernidad desbordada**: dimensiones culturales de la globalización. Buenos Aires: Trilce, 2001.

BAIARDI, A. Competição e cooperação: cooperação. **Organização & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 47-60, abr./jun. 2008.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: URANI, A. *et al.* **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. Cap. 3.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CAMPOS, T. L. C. **Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

CARRION, M. R.; ALMEIDA COSTA, P. Governança democrática, participação e solidariedade: entre a retórica e a práxis. **Espacio Abierto**: Cuaderno Venezolano de Sociología, Maracaibo, v. 19, n. 4, p. 621-640, oct./dic. 2010.

CARRION, M. R.; VALENTIM, I.; HELLWIG, B. **Residência solidária**: a experiência de universitários na UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CASTEL, R. **A metamorfose da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

CATTANI, A. D.; DÍAZ, L. M. **Desigualdades na América Latina**: novas perspectivas analíticas. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1994. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

CHANLAT, J.-F. **Ciências sociais e management**: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 2000.

CHAVES, M. P. S. R.; RODRIGUES, D. C. B. Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. **Interações**: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 8, n. 13, p. 99-106, set. 2006.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 5, p. 1-30, dez. 1995.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. (Org.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. São Paulo: Papirus, 1994.

CROUZIER, M. **L'entreprise à l'écoute**: apprendre le management post-industriel. Paris: Inter Éditions, 1989.

DAMIAN, M.; GRAZ, J.-C. La gouvernance globale du développement soutenable: trois propositions pour l'espace francophone. In: COLLOQUE INTERNATIONAL DÉVELOPPEMENT DURABLE, 2004, Ouagadougou. **Développement durable**: leçons et perspectives. Ouagadougou: Agence Universitaire de la Francophonie, 2004. Disponível em: <<http://www.ifdd.francophonie.org/programmes/operation.php?id=94>>. Acesso em: set. 2004.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUPAS, G. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ERBER, F. S. Eficiência coletiva em Arranjos Produtivos Locais industriais: comentando o conceito. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 11-32, jan./abr. 2008.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 115-148, 2001.

GENTILI, P. **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 1999.

GURIZATTI, P. O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização. In: URANI, A. *et al.* **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. Cap. 5.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

JORDE, T. M.; TEECE, D. J. Competition and cooperation: striking the right balance. **Business & Public Policy**, p. 25-37, spring 1989.

KAZANCIGIL, A. A regulação social e a governança democrática da mundialização. In: MILANI, C.; ARTURI, C.; SOLINÍS, G. **Democracia e governança mundial**: que regulações para o século XXI? Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 47-62.

KELLER, P. F. *Clusters*, distritos industriais e cooperação interfirmas: uma revisão da literatura. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 30-47, 2008.

KJÆR, A. M. Introduction: the meanings of governance. In: KJÆR, A. M. **Governance**. Cambridge: Polity Press, 2004. p. 1-18.

LIMOEIRO-CARDOSO, M. Ideologia da globalização e descaminhos da ciência social. In: GENTILI, P. **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 97-108.

MERTON, R. K. **A ambivalência sociológica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MEYER-STAMER, J. **Governance and territorial development**: Policy, politics and polity in local economic development. Duisburg: Mesopartner, 2004. (Mesopartner Working Paper, 07/2004).

MILANDO, J. **Cooperação sem desenvolvimento**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MORRIS, M. H.; KOÇAK, A.; OZER, A. Coopetition as a small business strategy: implications for performance. **Journal of Small Business Strategy**, Peoria, v. 18, n. 1, p. 35-55, 2007.

PINTO, A. V. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 18 dez. 2013.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RABELLOTTI, R. How globalization affects Italian industrial districts: the case of Brenta. In: RSA INTERNATIONAL CONFERENCE, Pisa, 2003. **[Paper...]**. [S. l.: s. n.], 2003. p. 1-16.

RAMOS, G. **Administração e estratégia do desenvolvimento**: elementos de uma sociologia especial da administração. Rio de Janeiro: FGV, 1966.

ROO, P. de. O desenvolvimento local pelo prisma das cidades: os contratos de aglomeração na França. In: MONIE F.; SILVA, G. (Org.) **A mobilização produtiva dos territórios**: instituições e logística do desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Coleção Espaços do Desenvolvimento). p. 13-24.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS JÚNIOR, O. **Democracia e Governo local**: dilemas da reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SANTOS, B. de S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SCHMITZ, H. **Local enterprises in the global economy**: issues of governance and upgrading. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2004.

SCHMITZ, H.; NADVI, K. Clustering and industrialization: introduction. **World Development**, Oxford, v. 27, n. 9, p. 1503-1514, 1999.

SHIMA, W. T. Economia de redes e inovação. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **Economia da Inovação Tecnológica**. São Paulo: HUCITEC; Ordem dos Economistas do Brasil, 2006.

SOUZA, J. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

THERBORN, G. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades. In: GENTILI, Pablo. **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 63-117.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

WILLIAMSON, O. E. The Economics of Organization: the transaction cost approach. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 87, n. 3, p. 548-577, 1981.